

Processo: 1174212
Natureza: REPRESENTAÇÃO
Representante: Caio Nunes Oliveira Marques
Representada: Prefeitura Municipal de Campina Verde
Responsável: Helder Paulo Carneiro
Apenso: Denúncia n. 1174268
Denunciante: Jhony Jheferson Santos Araújo
Procuradora: Carla Beatriz de Sousa, OAB/MG 145.160
MPTC: Procuradora Elke Andrade Soares de Moura
RELATOR: CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO TELMO PASSARELI

PRIMEIRA CÂMARA – 17/6/2025

REPRESENTAÇÃO. PREFEITURA MUNICIPAL. PORTAL DA TRANSPARÊNCIA. INSUFICIÊNCIA DE DADOS. IRREGULARIDADE. PROCEDÊNCIA. RECOMENDAÇÃO.

O portal da transparência do município deve se manter atualizado, em rigorosa observância aos dispositivos legais pertinentes, de forma a permitir que o cidadão saiba como os recursos públicos estão sendo usados e colabore com as ações de controle.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, **ACORDAM** os Exmos. Srs. Conselheiros da Primeira Câmara, por unanimidade, na conformidade da Ata de Julgamento e diante das razões expendidas no voto do Relator, em:

- I) julgar procedentes a representação e a denúncia sob análise, diante da insuficiência de dados e informações no portal da transparência do Município de Campina Verde;
- II) recomendar ao Município, nas pessoas dos atuais Prefeito e responsável pelo órgão de controle interno, que adote providências para o saneamento das incorreções apontadas nestes autos, promovendo a divulgação de todos os dados e informações previstos no art. 8º da Lei 12.527/2011, bem como a melhoria dos critérios de pesquisa de modo a possibilitar uma busca eficiente de informações públicas pela população;
- III) arquivar os autos, após intimadas as partes e promovidas as medidas legais cabíveis à espécie.

Votaram, nos termos acima, o Conselheiro em exercício Licurgo Mourão e o Conselheiro Presidente Agostinho Patrus.

Presente à sessão a Procuradora Sara Meinberg.

Plenário Governador Milton Campos, 17 de junho de 2025.

AGOSTINHO PATRUS
Presidente

TELMO PASSARELI
Relator

(assinado digitalmente)

PRIMEIRA CÂMARA – 17/6/2025

CONSELHEIRO EM EXERCÍCIO TELMO PASSARELI:

I – RELATÓRIO

Trata o processo principal (1174212) de representação apresentada pelo Sr. Caio Nunes Oliveira Marques, Vereador do Município de Campina Verde, em face da ocorrência de alegadas irregularidades referentes à insuficiência de dados disponibilizados no portal da transparência do Município, bem como de dificuldades impostas pela Administração Municipal ao exercício do poder fiscalizatório pelo Legislativo Municipal (peça 4 do processo principal).

A documentação foi recebida como representação em 06/08/2024 (peça 6 do processo principal), sendo o feito distribuído à minha relatoria em 09/08/2024 (peça 9 do processo principal).

Em 14/08/2025, foi recebida a Denúncia 1174268, apresentada pelo Sr. Jhony Jheferson Santos Araújo também em face da ocorrência de alegadas irregularidades no portal da transparência do Município de Campina Verde (peça 11 do processo principal).

Procedida a distribuição por dependência da denúncia à minha relatoria, foi realizado o apensamento dos autos à presente representação (peça 18 do processo principal).

Após, os autos foram encaminhados à 1ª Coordenadoria de Fiscalização de Municípios, que se manifestou pela procedência dos apontamentos de irregularidade (peça 20 do processo principal).

Por sua vez, o Ministério Público de Contas ratificou as conclusões da unidade técnica e opinou pela citação do Sr. Helder Paulo Carneiro, Prefeito do Município de Campina Verde (peça 22 do processo principal).

Determinada a citação do responsável (peça 23 do processo principal), foi remetida a defesa de peça 26 do processo principal, devidamente analisada pela unidade técnica (peça 30 do processo principal) e órgão ministerial (peça 32 do processo principal), que se manifestaram pela procedência da representação e da denúncia.

É o relatório.

II – FUNDAMENTAÇÃO

Em suma, o representante apontou como irregular a insuficiência de dados no portal da transparência do Município de Campina Verde, o que teria imposto dificuldades ao exercício do poder fiscalizatório pelo Legislativo local.

Afirmou que o gestor municipal não responderia os ofícios direcionados solicitando informações, nem alimentaria, de forma satisfatória, o portal da transparência municipal.

Na denúncia, o denunciante alegou que, em consulta ao referido portal, não teria tido acesso aos contratos e notas de empenho do Município. Afirmou, também, que o Poder Executivo não estaria atendendo aos pedidos de acesso à informação pública.

Ao examinar as alegações de irregularidade (peça 20 do processo principal), a unidade técnica destacou que a competência deste Tribunal recai somente sobre a ausência de transparência e publicidade dos atos do Executivo Municipal de Campina Verde.

Esclareceu que, face à ausência de delimitação, na peça de representação, do período em que a Administração Municipal teria deixado de disponibilizar os dados no portal, optou por realizar o exame da observância da Lei de Acesso à Informação, no período de janeiro de 2021 a setembro de 2024 (data do primeiro exame técnico).

Assim, comparando as informações constantes no site da Prefeitura Municipal com o disposto no art. 8º da Lei 12.527/2011 – Lei de Acesso à Informação, a unidade técnica considerou procedentes as alegações de irregularidade constantes da representação e da denúncia.

Em contraposição, o Sr. Helder Paulo Carneiro, Prefeito, negou ter havido negligência em responder aos ofícios provenientes da Câmara Municipal, ressaltando que não teria sido apresentada qualquer comprovação do alegado pelo representante.

Sustentou que, “em todas as ocasiões em que o Chefe do Poder Executivo foi solicitado a fornecer esclarecimentos ou informações, seja pelo Legislativo ou pelos munícipes, sempre se mostrou disponível para atender às demandas de forma rápida e eficiente”.

No que se refere aos dados do portal da transparência, destacou que, em nenhum momento, o representante teria entrado em contato com os responsáveis pela alimentação do sistema de cada Secretaria Municipal, cujos nomes e telefones de contato estariam disponíveis no portal.

Asseverou, ainda, que a empresa responsável pela manutenção do portal da transparência do Município, Horus, atuaria em diversos municípios da região, sem relato de qualquer problema nos portais por ela geridos.

Já no tocante ao apontamento constante na denúncia, informou que seria possível acessar a íntegra da maioria dos contratos, sendo que os faltantes estariam sendo, gradualmente, digitalizados e anexados.

Informou, também, a implantação de ouvidoria no portal da transparência do Município com vistas a melhor atender as demandas por informações.

Reexaminando os autos (peça 30 do processo principal), a unidade técnica concluiu que, após abertura de vista ao gestor, de todas as incorreções inicialmente apuradas, a Administração Municipal realizou alteração no portal somente em relação à possibilidade de acesso à íntegra dos contratos celebrados pelo município.

Assim, apontou remanescentes as irregularidades concernentes a: (i) ausência de discriminação das competências e estrutura organizacional da prefeitura municipal; (ii) ausência de registro das transferências realizadas e recebidas pela prefeitura; (iii) obrigatoriedade de preenchimento de CNPJ ou número do empenho para pesquisa das notas de empenho, prejudicando o acesso ao cidadão; (iv) impossibilidade de realizar busca de procedimentos licitatório por meio dos critérios de ano, modalidade ou por licitante vencedor; (v) cadastramento de projetos de forma genérica e sem indicação da data de registro, prejudicando o acompanhamento do andamento de cada projeto/ação/programa; (vi) insuficiência de dados para acompanhamento das obras em andamento no Município; (vii) baixo percentual de atendimento das solicitações de informações dos cidadãos apresentadas no portal.

Em que pese não configure irregularidade, também entendeu recomendável o aumento do número de filtros na aba “despesas” de modo a facilitar a consulta pela população.

Ao final, concluiu “que o Portal da Transparência do Município de Campina Verde não é de fácil navegação e não oferece uma busca eficiente por meio de pontos específicos, dificultando o direito de acesso do cidadão a informações públicas”.

Por sua vez, o Ministério Público de Contas ratificou o exame técnico em sua integralidade.

Com efeito, a Constituição Federal impôs ao administrador a maior transparência possível na realização de suas atividades ao dispor, no art. 5º, XXXIII, que “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”.

A seu turno, a Lei 12.527/2011 regulamentou o direito de qualquer cidadão solicitar e obter informações de órgãos e entidades públicas, sem necessidade de motivação, de forma a promover transparência e controle social da Administração Pública (transparência passiva).

De igual modo, a referida Lei também regulamentou a obrigatoriedade dos órgãos e entidades públicas divulgarem, independentemente de requerimentos, informações de interesse público elencadas em seu art. 8º (transparência ativa):

Art. 8º É dever dos órgãos e entidades públicas promover, independentemente de requerimentos, a divulgação em local de fácil acesso, no âmbito de suas competências, de informações de interesse coletivo ou geral por eles produzidas ou custodiadas.

§ 1º Na divulgação das informações a que se refere o caput, deverão constar, no mínimo:

I - registro das competências e estrutura organizacional, endereços e telefones das respectivas unidades e horários de atendimento ao público;

II - registros de quaisquer repasses ou transferências de recursos financeiros;

III - registros das despesas;

IV - informações concernentes a procedimentos licitatórios, inclusive os respectivos editais e resultados, bem como a todos os contratos celebrados;

V - dados gerais para o acompanhamento de programas, ações, projetos e obras de órgãos e entidades; e

VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

Ressalta-se que o objetivo da publicidade dos dados mencionados é possibilitar que a sociedade se informe, acompanhe e analise o desempenho das ações governamentais.

Para tanto, a divulgação dessas informações deve ser realizada por todos os meios de comunicação disponíveis, sendo obrigatória a divulgação pela internet, como determina o art. 8º, § 2º, da Lei 12.527/2011:

Art. 8º [...]

§ 2º Para cumprimento do disposto no caput, os órgãos e entidades públicas deverão utilizar todos os meios e instrumentos legítimos de que dispuserem, sendo obrigatória a divulgação em sítios oficiais da rede mundial de computadores (internet).

Neste contexto, o portal da transparência é uma ferramenta utilizada para facilitar o acesso às informações e dados relevantes ao controle social, disponibilizados por iniciativa dos próprios órgãos e entidades públicas.

Não por acaso, este Tribunal de Contas está realizando, neste momento, o “Levantamento Mineiro do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP 2025)”, fiscalização em que municípios e órgãos públicos fazem a autoavaliação de seus portais de transparência.

Coordenado nacionalmente pela Associação dos Membros dos Tribunais de Contas – Atricon, o PNTF tem como objetivos avaliar e estimular a transparência dos portais públicos, assegurar o acesso da sociedade às informações sobre a gestão pública e padronizar, fomentar e fiscalizar a disponibilização dessas informações pelos órgãos públicos.

No caso dos autos, foi verificado que os dados disponíveis no portal da transparência do Município de Campina Verde são insuficientes, as informações não estavam atualizadas, os critérios de pesquisa são limitados, bem como é baixo o percentual de atendimento das solicitações de informações realizadas diretamente no portal.

Assim, após citação e reexame da unidade técnica, tendo em vista que a única providência adotada pela Administração Municipal foi a disponibilização de acesso à íntegra dos contratos celebrados pelo Município, restou evidente o descumprimento das determinações dispostas na Lei de Acesso à Informação, dificultando ou até mesmo impossibilitando o acompanhamento da aplicação dos recursos públicos no Município pela população e pelos vereadores.

Isso posto, corroborando as conclusões da unidade técnica e do órgão ministerial, julgo procedentes a representação e a denúncia, deixando, contudo, de imputar multa ao responsável, por entender que as irregularidades em questão ensejam apenas a expedição de recomendação ao Município, considerando, ainda, que a matéria está sendo acompanhada pelo Tribunal no

âmbito do “Levantamento Mineiro do Programa Nacional de Transparência Pública (PNTP 2025)”.

Neste sentido, faz-se necessário que o gestor municipal adote providência para o cumprimento do preconizado nas normas sobreditas, promovendo a divulgação de todos os dados e informações previstos no art. 8º da Lei 12.527/2011, e aprimorando os critérios de pesquisa de modo a facilitar a busca de informações públicas pelos cidadãos.

III – CONCLUSÃO

Em face do exposto, em consonância com o entendimento exarado pelos órgãos técnico e ministerial, julgo procedentes a representação e a denúncia sob análise, ante a insuficiência de dados e informações no portal da transparência do Município de Campina Verde.

Recomendo ao Município, nas pessoas dos atuais Prefeito e responsável pelo órgão de controle interno, que adote providências para o saneamento das incorreções apontadas nestes autos, promovendo a divulgação de todos os dados e informações previstos no art. 8º da Lei 12.527/2011, bem como a melhoria dos critérios de pesquisa de modo a possibilitar uma busca eficiente de informações públicas pela população.

Intimadas as partes e promovidas as medidas legais cabíveis à espécie, arquivem-se os autos.

jc/rb



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS